

## **Reflexões sobre a função paterna e suas configurações no mundo contemporâneo**

Thassia Souza Emidio  
Francisco Hashimoto

### **Introdução**

Foi nos tempos da Primeira Guerra Mundial que Freud nos alertou para um estado de mal-estar na civilização e, passados 80 anos de seus escritos, a psicanálise retoma essa discussão. A sociedade contemporânea e suas configurações têm trazido à tona reflexões sobre a autoridade, a família e os significados dos papéis conjugais e parentais, que apontam para uma nova estruturação de sociedade marcada por novas formas de subjetivação. Nessas discussões, várias vezes somos remetidos a tal estado de mal-estar e abre-se um amplo campo para a discussão. Neste cenário de retomada e de novas reflexões, salta-nos aos olhos uma figura para qual muitas vezes convergem essas discussões: a figura do pai. Colocado por Freud, desde seus primeiros escritos, em um papel fundamental na estruturação psíquica do sujeito e retomado nos textos freudianos sobre a cultura e a organização social, o pai permeia várias obras do autor e ocupa uma função significativa nas discussões psicanalíticas e na explicitação de suas teorias e conceitos. Alguns dizem sobre a morte do pai, outros de sua falência, outros colocam a solução para o estado de mal-estar, na restituição de seu poder enfraquecido; alguns atentam para outras possibilidades de gestão do social, porém, o que se apresenta é um campo de discussões sobre a figura do pai e sua significação.

### **Objetivos**

Diante dessas questões e das reflexões sobre este estado de mal-estar, na atualidade, este trabalho tem como objetivo o estudo da função paterna e suas configurações, no mundo atual, tendo como foco refletir sobre a função paterna no processo de desenvolvimento e estruturação psíquica do indivíduo e suas configurações, na contemporaneidade. As questões que nortearam nossas reflexões foram: qual é a função do pai em Psicanálise? Como se configura a função paterna na contemporaneidade?

### **Método**

Para a realização deste estudo teórico-reflexivo, optamos por trabalhar com o referencial psicanalítico. Nesse sentido, o trabalho foi realizado à medida que a pesquisa foi elaborada, refletida e escrita, e nossa análise se deu por meio de um olhar psicanalítico, em que buscávamos refletir sobre a função do pai em Psicanálise e sobre as configurações da função paterna no mundo contemporâneo.

### **Resultados e Discussão**

#### ***A função do pai em Psicanálise***

Os fatores que envolvem a paternidade, no contexto da psicanálise, fazem parte das reflexões propostas por este trabalho. Para pensá-las, consideramos importante ressaltar que, na teoria psicanalítica, o pai aparece como um operador simbólico a-histórico, como apontado por Dor (1991), uma vez que o pai e sua função integram uma história mítica, uma suposição universal.

Nesse percurso, para compreendermos o pai, seu papel e suas significações, em Psicanálise, é necessário retomarmos o mito da Horda Primeva, voltando-nos às ideias de Freud (1913), em *Totem e Tabu*, obra na qual o autor trata das questões do social e da cultura, usando da mitologia como recurso para explicação e explicitação de seus conceitos.

Nessa obra, o autor pontua que a cultura totêmica marca a transição entre a era dos homens primitivos e a era dos heróis e deuses. A relação com o totem é caracterizada por regras, em que os homens acreditam ser realmente descendentes desse totem e que todos os membros do clã são irmãos, de maneira que estão obrigados a ajudar-se e a proteger-se mutuamente. Na tentativa de reunir a interpretação psicanalítica com as ideias de Smith (1894), sobre a refeição totêmica, e as de Darwin (1875), sobre os grupos ou hordas primitivas, é que Freud (1913) tenta estabelecer uma compreensão profunda da sociedade humana, do totemismo, da exogamia e de sua ligação primitiva.

E, assim, ao refletir sobre essas questões, o autor mostra como se deu essa forma de organização, retomando o pai da horda primeva ou primitiva, tirânico homem que exercia o seu poder ciumento, guardando todas as mulheres para si e expulsando seus filhos, quando cresciam.

No relato de Freud (1913) sobre a horda primeva, ele nos conta sobre o retorno dos irmãos que se unem, frente ao ódio ao pai tirânico, para matá-lo. Matam-no, devoram-no e vivem um sentimento de culpa pelo assassinato desse pai. Esse sentimento de culpa torna esse pai mais forte, uma vez que o elevam a um posicionamento de santidade. Na tentativa de anularem o ato de terem matado o pai, proibem a morte do totem e instauram o pai como uma figura simbólica, que pode ser tomada como a raiz da organização social.

A partir do sentimento de culpa filial, criam-se dois tabus que dão fundamentação ao totemismo: não matar o totem e não se relacionar incestuosamente. O primeiro tabu se fundamenta em motivos emocionais frente ao assassinato do pai, enquanto o segundo na falta de organização decorrente da morte do pai, em que os irmãos passaram a lutar pela posse das mulheres, o que levava a conflitos perigosos e nenhum tinha força para ocupar o lugar do pai. Instaura-se, assim, o tabu do incesto, como forma reguladora das relações.

O animal totêmico, o totem em si, era um substituto do pai que não se ligava só ao remorso de tê-lo matado, mas também à busca de um apaziguamento da culpa, de uma reconciliação e do estabelecimento de um pacto em que o sistema totêmico prometia a proteção, o cuidado, a indulgência – tudo o que se poderia esperar de maneira infantil de um pai, além de uma justificativa para o assassinato, comparando o pai tirânico com o totem, o “bom” pai simbólico.

É importante destacar que a união dos irmãos para o assassinato do pai e a instauração de uma nova ordem social constituiu uma grande influência no desenvolvimento da sociedade, como na santificação dos laços de sangue, na solidariedade no clã, nas formas de organização que garantiam a vida um do outro e que evitavam a possibilidade de repetição. O pai passa a ter uma representação simbólica, e a partir disso, institui-se a ordem do “não matarás”, bem como a culpa e o remorso a ele ligados.

Nesse sentido, para pensarmos o pai em psicanálise, com base nessas ideias, é necessário considerarmos que essa noção parte da existência desse pai primitivo que foi necessário assassinar, para a instauração de uma ordem simbólica. A ambivalência com relação ao pai primitivo, que levou os irmãos a o assassinarem, e o arrependimento e a culpa decorrentes desse ato é que propiciaram a obediência ao interdito da proibição do incesto e que nos possibilita pensar na edificação desse pai simbólico, fundamento da função paterna.

Dor (1991), ao discutir o pai em psicanálise, pontua que esse homem que possuía todas as mulheres e que assegurava o poder sobre elas representa aquele em que não há limitação das exigências sexuais, o detentor do falo, que não é castrado. O fato de esse homem não ser castrado levaria os outros a uma certa ambivalência: a inveja por esse homem que possui o falo, por sua potência, que lhe permite ser o detentor de todas as mulheres e, por isso, o desejo de matá-lo para assumir o seu lugar. Porém, quando, em um ritual canibalesco, ingerem a carne do tirano, vivenciam uma identificação com ele, uma forma de incorporar os seus atributos, santificam-se por essa absorção e reforçam assim sua identidade com ele, como se pudessem absorver a vida sagrada e identificar-se com o tirano.

Freud (1913) compara essa relação com a vivida no complexo paterno, em que a ambivalência vivida entre pais e filhos se instaura desde o início e continua até a vida adulta. Contudo, para o autor, somente a morte desse pai é que permite a sua edificação como um deus a quem todos devem obedecer e adorar. Devido à culpa de tê-lo assassinado, instaura-se a proibição do incesto e a submissão dos homens às leis desse pai, de uma ordem simbólica que de certa forma, impõe a castração a todos.

Essa função poderá ser assumida por todo homem que, em determinado momento, puder provar que só ele possui o atributo que o faz ser odiado e admirado. Assim, enquanto homem real, tirano, ele terá que ser simbolicamente condenado à morte, frente à ambivalência para ser admitido como pai e garantir a lei. Como Freud (1925[1924]) mesmo aponta, no Complexo de Édipo, em que o menino precisa odiar e invejar o pai, para posteriormente sentir-se culpado por

isso e, temendo a castração, possa identificar-se com ele e garantir a transmissão da lei e da autoridade.

Nessa perspectiva, o Pai Real sempre deve ser reconhecido como Pai Simbólico, dando provas de que possui aquilo de que todos são desprovidos, o que nos leva a considerar que a função simbólica do pai vai além do homem real e, nela, é necessário que seja atribuído a este um objeto imaginário fálico.

O pai é que faz a mediação entre o desejo da mãe e do filho, da continuidade à proibição do incesto, exercendo o papel do terceiro, que interdita a relação. É ele o representante do pai simbólico que precisa ser também simbolizado como o objeto da falta e desejado por essa mãe, levando esta a direcionar o seu desejo para outros objetos que não o filho.

Dor (1991) aponta também que é na dinâmica da dialética edipiana, em que ocorre a edificação do pai simbólico a partir do pai real, que a função paterna vai exercer influência na estruturação psíquica da criança. O pai, enquanto função simbólica, é estruturante, de modo que o exercício de sua função tem ressonâncias na estruturação psíquica da criança e no seu processo de desenvolvimento.

Para Lacan (1958), não há como pensar a questão do Édipo se não houver o pai: falar do Édipo é introduzir a função do pai, como também evidenciado anteriormente por Freud (1925[1924]), sobre a entrada do pai na trama amorosa entre a mãe e o filho, e a instauração da relação triangular à qual o autor chama de Complexo de Édipo, retomando o mito de Édipo Rei.

Freud (1923 e 1917) e Lacan (1958) vão discutir a função do pai na estruturação psíquica, sendo que o segundo autor, com seus estudos que envolvem também a linguística, salienta que o pai é uma metáfora, é um significante que vem no lugar de outro significante, sendo esse o seu papel de interventor no Complexo de Édipo – mediar o desejo da relação mãe e filho, significar o desejo materno pela presença paterna. “A criança está, com efeito, cativa num certo modo de relação com a mãe, diante da qual o pai como pai real, é estranho. De resto, esta relação é chamada, apropriadamente, de relação fusional, na medida mesma em que nenhuma instância exterior é suscetível de poder mediatizar seus móveis do desejo. A indistinção fusional entre filho

e mãe resulta, pois, essencialmente do fato de que o filho se constitui como único objeto que pode satisfazer o desejo da mãe.”(DOR, 1991, p.46).

Nessa relação entre mãe e filho, o pai real está fora, ainda mais pelo fato de o filho estar identificado ao seu falo. O pai real só se edifica em pai simbólico quando estiver atribuído falicamente. Dessa forma, nesse momento pré-edípico, a criança é o objeto fálico da mãe e é a castração que vai permitir a entrada na relação triangular em que esta vai produzir uma identificação fálica com o pai e na qual este é edificado em sua função simbólica.

Quando a criança percebe que esse pai assume uma consistência significativa, diante do desejo da mãe, ela passa a questionar sua identificação imaginária com o objeto de desejo da mãe e entra em um momento de incerteza com relação ao seu desejo – e é essa incerteza que a faz confrontar-se com a castração da instância paterna.

Freud (1925[1924]) também ressalta que, quando o menino, que tem orgulho do seu pênis, percebe a região genital de uma menina e assim concebe a ausência de pênis em uma pessoa semelhante a ele, passa a imaginar a perda de seu próprio órgão genital, de maneira que a ameaça da castração começa a ganhar efeito. “Agora, porém, sua aceitação da possibilidade de castração, seu reconhecimento de que as mulheres eram castradas, punha fim às duas maneiras possíveis de obter satisfação do complexo de Édipo, de vez que ambas acarretavam a perda de seu pênis – a masculina como uma punição resultante e a feminina como condição”. (p. 196).

Nesse sentido, podemos considerar, como Freud (1925[1924]) mostra, que, conforme a criança vai percebendo a presença desse pai e que este é alguém que tem direito ao desejo da mãe, é que vai se construindo uma rivalidade fálica, na qual a figura paterna é investida pela criança como um rival perturbador. A criança passa, por conseguinte, a construir uma imagem do pai como um pai privador, interditor e frustrador. Frente à incerteza da identificação fálica com a mãe, em que este é o falo para ela, é que se institui o que Lacan (1958) chama de pai imaginário, uma instância mediadora no processo de edificação do pai real em pai simbólico.

Assim, podemos pensar que, ao não permitir ao filho a satisfação como único objeto de desejo da mãe, o pai é tido como um intruso e privador, no investimento psíquico da criança; um

interditório, quando coloca para esta que tem o direito à mãe; e um frustrador, que lhe impõe a falta, retomando o que Freud (1913) destaca, em *Totem e Tabu*, em que a edificação do pai simbólico impõe a castração a todos, sendo todos faltantes, desamparados de uma completude imaginária.

O pai é o outro na díade fusional mãe-criança, e a presença deste a lança diante da Lei do Pai, em que, pela privação, interdição e frustração, a criança descobre que a mãe depende do desejo do pai e, assim, o desejo da criança por ela se choca com o desejo do pai, colocando-a em contato com a lei do desejo do outro, ao qual somos todos submetidos. Desse modo, a mãe também é submetida à instância paterna, já que a Lei do Pai é a que faz a mediação de seu próprio desejo. A Lei do Pai é, segundo Dor (1991), aquela que regula o desejo que a mãe tem de um objeto que não é mais só a criança, mas que o pai é o que supostamente possui. A mãe depende desse objeto de desejo que ela não tem, mas que o outro possui e, por isso, está submetida à instância paterna. É com o reconhecimento da falta ou da ausência materna que se vai processar um novo deslocamento do objeto fálico e é assim que o pai simbólico pode tomar o seu lugar, edifica-se enquanto pai, aquele que supostamente tem o falo.

O desejo da mãe é, pois, substituído pelo desejo de se ter o falo, renunciando ao objeto inicial, recalando seu desejo primitivo por este. É essa construção de um novo significante, substituto do desejo pela mãe, um significante que substitui outro significante, que Lacan (1958) denomina metáfora paterna, chamando este novo significante de Nome- do- Pai.

Lacan (1958), ao abordar o Complexo de Édipo, formula a ideia de que este ocorre em três tempos, indicando a gradual incidência da função paterna na constituição subjetiva, em que no primeiro tempo esta aparece pelo superego materno, no segundo pela inscrição do significante do Nome-do-Pai e, no terceiro, na constituição da metáfora. Para o referido autor, a metáfora paterna diz respeito ao momento em que o pai se apresenta e se faz preferir pela mãe, e em que já ocorreu a constatação da castração, que terá efeitos simbólicos tanto para o menino quanto para a menina.

Freud (1925[1924]), ao se referir ao Complexo de Édipo, coloca que o seu declínio se dá pelo medo da castração e, por essa angústia da castração, ele abandona as catexias objetais e o desejo pela mãe é substituído pela constituição de uma identificação com pai, com o falo que este possui. Desde esse momento, a lei e a autoridade são instituídas e estrutura-se a instância psíquica do superego, que possibilita a perpetuação da proibição do incesto e a transmissão da herança apontada pelo autor, em *Totem e Tabu*.

As tendências libidinais do Complexo de Édipo são sublimadas e esse processo dá início ao período de latência, que interrompe o desenvolvimento sexual da criança.

A triangulação edípica possibilita, pelo investimento do pai real em pai simbólico e pela imagem paterna construída pela criança, uma quebra necessária na relação mãe fálica - filho falo, um ato de desprendimento a criar possibilidades de que tanto a mãe como o filho estabeleçam novas alianças.

Considerando essa vivência, o sujeito passa a ter acesso à ordem simbólica, à linguagem, às leis e à nomeação de seu desejo. A vivência dessa renúncia simbólica é que lhe permite se apropriar de seu desejo e, como sujeito desejante, poder continuar a significar o objeto primordial do seu desejo. Nesse momento, o sujeito vivencia também a alteridade e é capaz de reconhecer o outro. É só quando o sujeito pode ver o outro e ser olhado por este que ele pode emergir como sujeito desejante. É pela vivência da alteridade – que Lacan (1949) discute, ao abordar o estágio do espelho – que podemos pensar na emergência do sujeito.

Esse emergir como sujeito desejante se firma, conforme aponta Dor (1991), como a expressão da própria castração; o pai simbólico pode ser pensado como pai castrador, pois a criança acredita que é ele quem doa o falo para a mãe e que esta simboliza a lei que advém do simbólico, já que a falta está sempre presente, bem como o temor imaginário da perda do objeto.

Podemos concluir, por conseguinte, que, segundo Freud (1925[1924]) e Lacan (1958), é com a vivência edípica que se constitui o processo de estruturação psíquica. Pelos amores edípicos e todas as suas vicissitudes, o sujeito vai negociar sua relação com o falo e sua relação com o desejo e com a falta.

A função paterna se caracteriza, desse modo, pela inscrição do falo na evolução da vivência edípica, que tem seu primeiro momento no processo de transição em que a criança é o falo da mãe, para a identificação com o objeto de desejo da mãe, o falo, o outro, o pai. Em acréscimo, dessa imago paterna e da instauração da ordem simbólica do pai podemos considerar o pai como aquele que coloca incertezas com relação à identificação fálica da criança. Ele constrói um jogo imaginário de rivalidade e a criança passa pelo questionamento de ser ou não ser o falo.

Ao vivenciar a castração e a renúncia dessa mãe fálica, a criança se apoia no imaginário de ser castrado, ou não, vivencia a angústia da ameaça da castração e, por via desta, segundo Dor (1997), surgem algumas construções defensivas, na tentativa de neutralizar essa angústia. São tais defesas que testemunham as construções psíquicas frente à incidência da castração, que vão orientar o processo de estruturação psíquica.

Freud, em sua obra, e posteriormente Lacan, nos seus escritos e seminários, sustentam que há três possibilidades em face da vivência da angústia de castração: aquela em que só aceita a castração sob a reserva de transgredi-la, a que o autor chama de perversões ou estruturação perversa; aquela em que o sujeito aceita a castração, se submete a ela, mas produz uma nostalgia sintomática frente à perda, a que o autor chama de neurose (histeria, neurose obsessiva, neurose fóbica); e aquela em que ocorre uma rejeição da representação da castração junto com seu afeto pelo eu, a que o autor chama de psicose.

Assim, podemos considerar que a vivência da relação com o pai tem ressonâncias no processo de estruturação psíquica, uma vez que esta tem função mediadora do desejo da mãe, porque esta está ligada ao falo na dialética edípica e à emergência desse sujeito desejante, bem como da maneira que este irá dar curso ao seu desejo frente à ameaça da castração.

### ***A função paterna e os laços sociais***

Freud, em todo seu percurso para a compreensão da gênese do sujeito, sinaliza-nos que esta tem íntima vinculação com a compreensão do social. Desde 1908, quando escreve *A moral*

*sexual civilizada e a doença nervosa dos tempos modernos*, passando por 1913, quando publica *Totem e Tabu*, até os aclamados artigos sobre *O mal-estar na civilização* (1930) e sobre *Moisés e o Monoteísmo* (1939[1934-1938]), o autor demonstra seu interesse pelo problema da civilização.

Nessa abordagem do advento da humanidade, o pai representa para Freud um papel primordial, retomando o mito da horda primeva, para explicitar algumas de suas ideias. Nessa retomada, pontua que, na civilização, ocorre uma repressão dos desejos primitivos de assassinar, pois o civilizado está submetido, após a vivência edípica, ao superego, que pode ser pensado como uma representação da autoridade coletiva.

De acordo com Mezan (2006), podemos considerar que, para Freud, o totemismo é um contrato passado com o pai, que funda a igualdade entre os irmãos e os responsabiliza pelo crime cometido, sendo que esse crime pode ser tomado como um marco inaugural da organização social, fundamentado no sentimento de culpabilidade. É pelo crime que se estabelecem os dois tabus e os dois crimes de Édipo, e a sociedade civilizada surge por meio desse ato. O mito coloca o surgimento da estrutura edípica e do sentimento de culpabilidade como bases da organização social.

Enriquez (1999), ao abordar o papel da instância paterna na configuração dos vínculos sociais, entende que, desde o momento em que a função paterna é reconhecida, ocorre a opressão dos filhos e eles ficam presos entre a identificação com o pai e o desejo de destruí-lo.

O autor ainda destaca que o retorno ao crime, ao assassinato do pai da horda primeva, fornece elementos relevantes para as reflexões freudianas sobre a instauração do social, visto que, sem essa referência paterna, nenhuma cultura pode ser concebida e, considerando que Freud (1913) colocava como necessária a existência de uma instância interditora, tanto no desejo individual, quanto no corpo social, a questão de Édipo se apresenta não como algo que se configura apenas no olhar do autor para o individual, mas também como uma maneira decisiva para o social alcançar a civilização.

Podemos afirmar, pois, que a civilização nasce pela repressão, uma repressão coletiva regida por um sistema de parentesco e regras de aliança e filiação. Para que a sociedade possa se

organizar, é necessário que seja impedida a satisfação não mediatizada da pulsão sexual. Dessa forma, configura-se um campo de tensão entre a tentação e a proibição.

A proibição do incesto, ligada ao assassinato do pai e aos laços entre os irmãos, é um elemento que constitui a sociedade, na qual, segundo Enriquez (1999), a ordem cultural se manifesta pelo combate, pelo jogo entre elas e também pela repressão dessas tendências, tanto pela atualização quanto pela interdição do incesto e pelo estabelecimento de regras de reciprocidade.

Com o assassinato do chefe da horda, temos a transformação desse chefe em pai, e dos filhos em irmãos, de sorte que esse crime permite a constituição de grupos. Frente à rivalidade estabelecida entre esses irmãos, surgem as instituições sociais como formas reguladoras, a proibição do incesto como uma dessas formas reguladoras, que propicia a canalização e a repressão da sexualidade. Além desses fatos, Enriquez (1999) argumenta que os tabus têm como função exprimir a ambivalência dos sentimentos e a culpa coletiva que acomete os irmãos. Assim, a civilização se baseia no assassinato do pai, na repressão desse ato, no desejo canalizado e na vontade constante de transgressão.

Quando discute a questão das massas e das organizações sociais, por sua vez, Enriquez (1999), baseado na leitura de Freud (1921), evidencia que ambas só existem a partir da ilusão da existência de um chefe supremo e de uma ligação libidinal entre eles. Dessa forma, podemos considerar que os grupos, as massas e as organizações coletivas não podem existir sem o pai, sem a referência simbólica que ordena as relações.

Em 1930[1929], quando publica *O mal-estar da civilização*, Freud propõe-se a abordar a vida em sociedade e o estado de mal-estar dela decorrente. Nessa obra, também aponta sobre a função paterna quando reflete sobre o advento da civilização e discute a marca transitória da evolução dos humanos. Com efeito, Freud (1930[1929]) vai localizar o fundamento da vida social no assassinato do chefe e na aliança fraterna, estabelecida para a ocorrência de tal ato.

Mezan (2006) enfatiza que o advento da civilização está fundamentado, na proposta freudiana, na renúncia, em que se exige do sujeito, para viver em sociedade, que renuncie às

demandas eróticas. Essa renúncia ocorre pela proibição do incesto e pelos obstáculos interpostos para a satisfação erótica. A cultura pode ser significada como uma construção baseada na energia libidinal desviada, que, em alguns momentos, protesta contra a civilização, mas que precisa permanecer desviada em sua renúncia praticamente integral, a fim de que o edifício da civilização não desmorone.

A civilização traz a substituição do poder do indivíduo pelo poder da comunidade, sendo possível apenas pela repressão da satisfação pulsional e pelo estabelecimento das leis e dos deveres, em que a liberdade não existe, pois, assim que se livraram do pai, os irmãos promulgaram as regras do tabu e instituíram as leis de convívio comum, tendo sido o homem privado de seu objeto sexual e de suas necessidades de satisfação pulsional, enquanto a mulher teve de privar-se de seu filho, com a separação. Tais movimentos sustentam o surgimento da civilização e, como Freud (1930[1929]) destaca, o amor e a necessidade são os pais da civilização humana.

A civilização é pensada por Freud (1930[1929]) também como um modo de proteção do desamparo infantil e da angústia decorrente deste. É com base na persistência dessa angústia, que acompanha o sujeito por toda a vida, que emerge Deus como um substituto do pai protetor da infância.

Desta forma, a civilização pode ser considerada, como apontado por Enriquez (1999) como uma forma de oferecer aos homens um consolo, diante do desamparo e das mazelas que vivenciam, em múltiplos níveis. Contudo, esses homens vivenciam com relação a ela também a hostilidade frente aos sacrifícios sem recompensas.

Podemos pensar, assim, que o assassinato do pai primitivo é para a teoria freudiana o fundamento da civilização, sendo a partir dele e das ressonâncias desse ato que temos a organização social e a vida dos homens, em comunidade. O pai, que na acepção da psique individual, faz a mediação entre o desejo da mãe e o da criança, interdita essa relação, que é fonte das primeiras identificações, permitindo, com sua inserção, o advento do superego e do ideal de ego; é aquele que leva o sujeito a emergir enquanto sujeito desejante, mas é também, na acepção

social, cultural, aquele em que se baseia a civilização, que possibilita que vivamos em comunidade, que façamos parte da cultura e do processo civilizatório, pois o pai também é a base da civilização.

A partir das ideias apresentadas, podemos refletir sobre as ressonâncias dessa simbologia, na contemporaneidade, construindo nesse percurso uma possibilidade de discutir as configurações da função paterna na contemporaneidade.

### **Reflexões sobre a função paterna e suas configurações no mundo contemporâneo**

As reflexões sobre a função paterna na contemporaneidade têm sido um dos focos de discussões no cenário psicanalítico atual. Neste momento, propomo-nos adentrar nesse campo e alinhar aspectos sobre como se configura o olhar para a função paterna, nesse cenário.

Se retomarmos o advento da modernidade, veremos que, com o descentramento apontado pela Psicanálise e as novas configurações que emergiam sob os pilares da Revolução Francesa, marcada pelo ideal de liberdade, igualdade e fraternidade, foi-se mapeando um enfraquecimento do poder paterno, de modo que, com o advento da racionalidade científica, a ordem simbólica de um deus que rege às relações, igualmente se enfraqueceu. Nessa época, a figura do pai se estabeleceu como um fantasma fundado nos registros da força e da submissão.

Birman (2006) aponta que o pai ocupa na teoria psicanalítica, primeiro o espaço do pai protetor, pai simbólico, que, ao instituir a castração a todos permite que vivamos em sociedade e, posteriormente, com a transformação do discurso psicanalítico, um lugar de falha e falta. Nessa transformação, relacionada à transformação da sociedade, da passagem para a era moderna, o pai passa de uma posição de poder absoluto para um poder relativo, de protetor à falha.

Diante dessas transformações, o desamparo passou a ocupar um lugar estratégico quando se trata de subjetividade. Esta seria a base do psiquismo e é por essa consideração que seria possível conceber a emergência do sujeito. Frente à condição do desamparo, os sujeitos ainda buscam na figura desse pai, mesmo enfraquecido, a proteção, pois só um poder soberano poderia protegê-los dessa condição.

Conforme discutido por Birman (2006), o desamparo pode ser considerado o paradigma da subjetividade, na modernidade, além de poder ser tomado como o preço que iremos pagar, por termos desafiado o poder do pai, com a construção de uma sociedade pautada na cientificidade e na racionalidade, que levou a esse enfraquecimento da figura do pai, lançando o sujeito nessa condição constitutiva. Nessa configuração, Kehl (2003) aponta que as formas como o sujeito lida com o desamparo nos permitem pensar nas ressonâncias do enfraquecimento do poder do pai e a considerar as diversas formas de viver a vida que se configuram no mundo contemporâneo.

A era moderna trouxe o autocentramento como uma de suas características marcantes, na qual a necessidade de uma renúncia pulsional, trazida pelo projeto moderno, transformou a individualidade e a comunidade, e o empobrecimento do simbólico resultante dessas transformações trouxeram um estado de mal-estar progressivo nas relações sociais.

Birman (2005) aponta que diante dessas transformações, podemos olhar a sociedade em que vivemos como aquela que prioriza a exterioridade, o que corresponde a uma forma perversa de existência. O autor explicita que, na sociedade contemporânea, o perverso perde seu lugar de maldito, de excluído, e passa a ocupar o cenário social olhado de maneira positiva, o que evidencia uma crise com relação ao sujeito, já que a estruturação perversa se caracteriza por uma denegação da lei do pai, da alteridade e das leis sociais, apontando para uma sociedade que denega a alteridade e que se localiza nos limites da barbárie.

Nessa cultura, não existem mais lugares para os depressivos e panicados, não existe lugar para a nostalgia do pai: o lugar reservado é para a indiferenciação, para a negação do desamparo; não há lugar para a melancolia, nem para pessoas tímidas e retraídas: o cenário social é o lugar para “quem sabe se valorizar”, “quem pode se exaltar” – e os excluídos que busquem formas ou pílulas mágicas para darem conta do mundo e tornarem possível a sua existência.

O empobrecimento da atividade simbólica, o movimento do sujeito para evitação da dor e o lugar que a alteridade ocupa, na contemporaneidade, nos trazem as patologias com que nos defrontamos, na atualidade, ao notar que chegam aos consultórios pessoas acometidas pelo pânico, pelas depressões, anoréxicos, toxicomaníacos e os grandes somatizadores, que nos

colocam diante da fragilidade de nossas formações simbólicas, de nossa incapacidade de sublimação, como também da fragilidade de nossos mecanismos repressivos que colocam no registro do corpo e da ação compulsiva as manobras do sujeito para lidar com o desamparo.

Para Birman(2006) vivenciamos na contemporaneidade a extinção do sofrimento, uma vez que esvaziamos a alteridade e nossa vinculação com o outro está cada vez mais escassa. O sofrimento se relaciona a alteridade, a nossa capacidade de perceber que não somos auto-suficientes e que necessitamos do outro, da relação com o externo para nos constituirmos.

Na atualidade, negamos o outro e assim não somos acometidos pelo sofrimento, vivemos apenas a dor, a dor *solipsista*, que não estabelece conexão com o outro, a dor da servidão, a dor narcísica, a dor de existir e de estarmos desamparados; vivemos a quebra do contato com o meio social e a retomada para um prazer voltado pra si, mas um “si” já massificado e homogeneizado. .

Na sociedade atual, tendo em vista esse estado de mal-estar, os desejos assumem uma posição autocentrada, na qual o universo das trocas, do outro, se mostra completamente esvaziado. Com a morte do pai, os sujeitos voltaram-se para si e construíram uma cultura narcísica, na qual o que prepondera é a possibilidade individual de gozar e, pelo empobrecimento do simbólico, o sujeito procura dominar o outro com violência, ou se deixa submeter, reinventando o pai tirânico como forma de sentir-se protegido. Institui-se assim uma sociedade marcada pelo prazer autoerótico, uma cultura do narcisismo, como tão bem explicita Lasch (1983), em que o outro se torna soberano, e que nós, masoquisticamente nos oferecemos ao gozo dele. O masoquismo e a crueldade são formas de subjetivação em recusa ao desamparo e à morte de Deus e do Pai, configurando-se o clã dos ofendidos e humilhados, desamparados pelo poder do pai.

Nesse cenário, consideramos que o pai aparece, porém como uma figura enfraquecida, mas que ainda ocupa o seu lugar, quando pensamos sobre o sujeito e sua constituição subjetiva, como quando refletimos sobre o sujeito e sua relação com o social. O enfraquecimento do poder do pai nos coloca ante um momento de mal-estar, em que muitas vezes a perda de certos

referenciais leva o sujeito a construir uma condição narcísica de existência, onde o outro é negado e a alteridade não pode ser vivenciada.

Nessas novas formas de subjetivação, emergem as compulsões, a drogadição, os delírios em busca de uma perfectibilidade corporal, o consumo exacerbado e a banalização do mal e da violência, como manobras do sujeito para lidar com a falta, com nossa condição desamparada. Nesse sentido, nos deparamos com as configurações de uma função paterna enfraquecida na contemporaneidade e com sujeitos fragilizados diante desse enfraquecimento, ressonâncias de um longo processo de transformação onde o individual e o social estão imbricados.

### **Considerações Finais**

Em nosso percurso, pudemos retomar as diversas posições que o pai ocupa: o lugar de uma instância simbólica responsável pela transmissão da cultura, da lei, da autoridade, e que tem como função mediar o desejo da criança e o da mãe, no qual ocupa o lugar de interditor, privador e frustrador, na vivência edípica, compondo uma das primeiras identificações do sujeito, com base na função fálica e da atribuição de que só ele o supostamente possui, tendo como herdeiros o superego e o ego ideal; o da instância psíquica que, ao ser edificada, permite o acesso do sujeito ao simbólico e à vivência da alteridade, de sorte que este possa emergir como sujeito desejante e possa assim construir as diferentes defesas para sua negociação diante da falta, do desamparo. Nesse sentido, passamos por um caminho em que diferentes funções são exercidas pelo pai, e que nos colocam diante também da ligação dessa função ao individual e ao social.

O pai, além de desempenhar a função da estruturação psíquica do sujeito, no seu processo de desenvolvimento, apresenta-se como a base para a civilização, para a organização do social e dos laços entre os irmãos. Ele é a base de sustentação do pacto social, uma vez que a civilização nasceu pela repressão coletiva de nosso desejo de assassinar e ocupar o lugar do pai. O pai é a ordem simbólica que nos impõe a necessidade de uma renúncia pulsional, a fim de vivermos em sociedade, pondo-nos a interdição do incesto e o estabelecimento de regras de reciprocidade.

Na compreensão dessa dinâmica da função paterna entre o individual e o social, a cultura pode ser pensada como uma construção fundamentada na energia libidinal desviada, que, em alguns momentos, protesta contra a civilização, mas que precisa permanecer desviada em sua renúncia praticamente integral, para que a civilização se mantenha. Dessa forma, o pai, por sua exigência de renúncia para a ordenação das relações sociais, é igualmente a base da consciência da culpabilidade e dos laços sociais que podem ser considerados os frutos da inibição das tendências sexuais ligadas à vivência edípica.

Com o advento da modernidade e o desenvolvimento da racionalidade científica, vivemos um enfraquecimento do poder do pai, que trouxe ressonâncias para as formas de subjetivação, na contemporaneidade. Nessa perspectiva, outra questão importante se evidenciou ao tratarmos da função paterna e dos laços sociais: a temática do desamparo. Em face do contato com o desamparo, os sujeitos partem em busca da proteção e da construção de contornos para lidar com essa condição desamparada que se apresenta na contemporaneidade nos colocando diante de novas formas de subjetivação.

Pelas reflexões proporcionadas por este trabalho, podemos notar a importância da função paterna, na estruturação psíquica do indivíduo e no estabelecimento dos laços sociais, além das configurações dessa função na contemporaneidade. Verificamos também que essas configurações, nos apontam para novas formas de subjetivação, novas figuras emergem no cenário contemporâneo, mostrando-nos as manobras do sujeito para lidar com a falta, com o enfraquecimento do poder do pai, com o desamparo, colocando-nos diante de um estado de mal-estar para o qual devemos atentar e refletir.

#### **Referências**

Birman, J.(2005). *Mal – estar na atualidade* A psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Birman, J.(2006)*Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Dor, J.(1991) *O Pai e sua função em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Dor, J. (1997). *Estruturas e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Taurus.

Enriquez, E. (1997) Perda do Trabalho, perda da identidade. In Carvalho Neto, A.; Nabuco, M. R. *Relações de Trabalho Contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT –PUC Minas.

Frazer, J.G. (1946[1910]). *Totemismo e Exogamia*. Buenos Aires: Kier.

Freud, S. (1996) *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. I a v. XXIII.

Kehl, M. R. (2003) *Sobre Ética e Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Lacan, J. (1990[1958]) *O seminário livro 5 - As formações do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_. (1998[1949]) O estádio do espelho como formador da função do eu. In: Lacan, J. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar.

Lasch, C. (1983) *Cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago.

Mezan, R. (2006) *Freud Pensador da Cultura*. São Paulo: Companhia das Letras.

Smith, W. R. (1894). *Religion of the Semites*.